

# INESC MN RELATÓRIO E CONTAS

2020

Aprovado no Conselho Geral de 25 de junho de 2021

## Índice

Órgãos Sociais.....	2
Nota Introdutória.....	3
Grupos de Investigação.....	5
Organigrama.....	7
Análise Económica e Financeira.....	8
Proposta de Aplicação de Resultados.....	10
Considerações Finais.....	11
Demonstrações Financeiras.....	12
Balanço.....	13
Demonstração de Resultados Por Naturezas.....	14
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	16
Relatórios de Auditoria.....	37

## Órgãos Sociais

### Mesa do Conselho Geral

Presidente da Mesa	Professor Arlindo Oliveira (INESC)
Primeiro Secretário	Professor Rogério Colaço (IST-ID)
Segundo Secretário	Dr. Abílio Ançã Henriques (INESC)

### Conselho de Administração

Presidente	Professor Paulo Jorge Peixeiro de Freitas
Vogais	Doutora Virginia Chu
	Doutor José Carlos Vilela Pimentel
	Professora Susana Isabel Pinheiro Cardoso de Freitas
	Professor João Pedro Estrela Rodrigues Conde

### Conselho Fiscal

Presidente	Professor João Manuel Ricardo Catarino
Vogal	Rosa Maria Martins Soares Monteiro Valente
Revisor Oficial de Contas	Grant Thornton – SROC, Lda., representada pelo Professor Victor Domingos Seabra Franco (ROC nº 432)

V.G.

Susana

P-Final

## Nota Introdutória

O INESC Microsistemas e Nanotecnologias (“INESC MN”) iniciou a sua atividade no dia 1 de janeiro de 2002 a partir do Grupo de Tecnologia de Estado Sólido do INESC. É uma associação privada sem fins lucrativos, financeiramente independente, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública em dezembro de 2004. Os objetivos do INESC MN são os seguintes:

- Investigação e desenvolvimento em áreas estratégicas nomeadamente sensores magnetoresistivos e eletrónica de spin, MEMS, materiais funcionais, microfluidica e microsistemas para aplicações biológicas e biomédicas;
- Formação dos jovens engenheiros e cientistas na utilização de tecnologias de ponta utilizando micro e nanofabricação;
- Criação de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para a indústria portuguesa e internacional.

Estando localizado na vizinhança direta do IST, o INESC MN tem um papel relevante e único na formação de alunos de vários cursos (Engenharia Física Tecnológica, Eng. Biológica, Eng. Biomédica) nas áreas da micro e nanofabricação, microsistemas e nanotecnologias, e tem vindo a alargar os seus contactos a outros departamentos do IST (Engenharia Electrotécnica, Engenharia Mecânica, Eng. Química, Engenharia e Ciências Nucleares).

A atividade no ano de 2020 correu com a normalidade possível no ambiente criado pelo CV19. Sendo a nossa atividade principal de ordem laboratorial, a atividade continuou com turnos e respeitando o número máximo de colaboradores em cada laboratório (incluindo a sala limpa). Os contratos industriais e projetos de investigação não sofreram atrasos relevantes. Existiu, sim, um atraso a nível académico com entrega de teses de mestrado, uma vez que parte desses alunos atrasaram a componente experimental do seu trabalho em conformidade com a vigência de aulas remotas na Universidade em grande parte do ano letivo 2019/2020.

O INESC MN tem tido ao longo dos anos uma forte presença ao nível de projetos europeus essencialmente devido às capacidades tecnológicas instaladas e desenvolvidas e às redes de colaboradores que foram sendo criadas ao longo dos anos. Tivemos em curso, durante 2020, 7 projetos no âmbito do H2020 incluindo projetos para transferência de tecnologia com PME (Innovation Actions). A nível nacional, o INESC MN participou em 24 projetos nacionais (FCT, ANI, PT2020, outros). Em 2020, iniciou-se uma colaboração com a Universidade de Purdue (USA) sobre dispositivos magnéticos com aplicações em criptografia e computação quântica (o INESC MN é subcontratado num projeto financiado pela DARPA).

Um dos aspetos mais importantes da missão do Instituto consubstancia-se na criação de um elo com a indústria através da celebração de contratos, projetos e cooperação para uma transferência rápida de novas tecnologias. O INESC MN deu continuidade, durante 2020, a atividades de transferência de tecnologia e prestação de serviços com vários parceiros salientando-se - a par dos já existentes anteriormente (a ██████-Berlim (magnetic encoders), a ██████ (sensores magnéticos), ██████ CN (sensores magnéticos), ██████-USA (para o qual fornecemos sensores magnetoresistivos para equipamentos de deteção de defeitos em circuitos integrados, e que instalou no INESC MN um protótipo para desenvolvimento conjunto da tecnologia) - novas colaborações com a Innovative Physics (UK-processo de sensores de radiação), ██████ Eslovénia, sensores magnetoresistivos), ██████ ( US, sensores magnetoresistivos).

V-G

Susana  
7PC

A nível nacional, salienta-se ainda o início de dois novos projetos o Solaris (ANI/P2020, coletor portátil de aerossóis) e um projeto FCT-Covid 19 (SARS Chip).

O INESC MN participou também na formação do INESC Brussels Hub, estabelecido para aumentar a visibilidade do sistema INESC em Bruxelas, e tendo ficado com a co-orientação da área de Saúde, no ano de 2020. Participou ainda na formação do INESC Lisboa, com o intuito de aumentar a colaboração dos 3 INESC's sediados em Lisboa e o respetivo impacto a nível regional e nacional.

Em termos de recursos humanos, no final de 2020, o INESC MN contava com 72 colaboradores, entre os quais 17 investigadores doutorados (5 docentes ou investigadores do IST e 12 doutorados contratados), 27 alunos de doutoramento, 6 engenheiros de processo, 16 alunos de mestrado, 4 bolseiros de investigação mestre, 8 colaboradores externos/visitantes e 2 funcionários administrativos (1 a meio tempo).

O impacto da atividade do INESC MN em 2020 evidencia-se pela participação numa série de eventos, atribuição de prémios e conclusão de marcos significativos:

- Realização, em Lisboa, da JEMS 2020 (Dez 2020), conferência da sociedade europeia de magnetismo que decorreu, de forma remota, depois de 2 adiamentos, e onde tivemos cerca de 550 participantes.
- Participação em conferências da especialidade, INTERMAG, Transducers, entre outras.
- Continuação do programa doutoral AIM (coordenado pelo J.P. Conde) financiado pela FCT, que está neste momento a financiar 27 alunos de doutoramento, 13 dos quais no INESC MN e 12 em que INESC MN está envolvido em co-orientação.
- Participação num novo Laboratório Associado (o Instituto para a Saúde e a Bioeconomia), entretanto aprovado, juntamente com o IBB/IST-ID e o UciBio e LAQV (Universidade Nova e FFUP).

Em termos de "output científico", os investigadores do INESC MN publicaram, em 2020, 24 publicações referenciadas ISI Web of Knowledge. Das 24 publicações, a maior parte envolve mais do que uma instituição e tem um carácter multidisciplinar. Este número de publicações é baixo para o nosso padrão (tipicamente entre 30 a 40 publicações por ano nos últimos anos) e pode refletir o esforço de parte da equipa a sustentar os contratos industriais.

Em termos financeiros, o volume total de proveitos, em 2020, foi de 1.98 M€, representando um aumento de cerca de 10% em relação aos proveitos conseguidos em 2019, valor consentâneo com o aumento de atividade desde 2016. Embora em termos de indicadores operacionais, o exercício tenha sido positivo, INESC MN terminou o ano com um Resultado líquido negativo, devido ao impacto das seguintes situações extraordinárias de carácter não recorrente:

- A insolvência da empresa Bogen Electronics Berlim, que, entretanto, retomou a atividade com a designação "Bogen Magnetics", que levou à mudança na coordenação do projeto europeu em curso – MagID -, que continuou a sua execução. A coordenação do projeto passou a ser da responsabilidade do INESC MN, mas ainda não está finalizada a tramitação do contrato para o novo consórcio. Devido ao processo de insolvência, o INESC MN registou neste exercício perdas por imparidades relativas a créditos sobre serviços contratualizados e prestados à Bogen, aguardando o resultado da liquidação da sociedade entregue a um administrador judicial.
- No final de 2020, a instituição foi alvo de uma fraude informática ocorrida durante o pagamento da tranche final de um dos equipamentos adquiridos no âmbito do projeto micro@nanofabs@pt. Foi feita a respetiva participação às entidades policiais (inglesa e portuguesa), mas até ao momento

o montante erroneamente transferido não foi recuperado. Foi feita uma provisão para o exercício de 2020 para incorrer nas possíveis perdas.

## Grupos de Investigação

O INESC MN tem os grupos de investigação seguintes:

### MATERIAIS, DISPOSITIVOS, SISTEMAS E SIMULAÇÃO MAGNÉTICOS

- Spintrónica/Biossensores (S. Freitas, P.P. Freitas)
- Nanoestruturas magnéticas (D. Leitão)
- Engenharia Bioanalítica (V. Romão)
- Microfluídica (V. Silverio)

### SEMICONDUCTORES: MATERIAIS, DISPOSITIVOS, SISTEMAS E SIMULAÇÕES

- MEMS e BioMEMS (J.P. Conde, V. Chu)
- Simulações de propriedades de materiais (J.L. Martins, C. Reis)
- Semicondutores de largo hiato (K. Lorenz)

## Perfil de Recursos Humanos

Em dezembro 2020 o INESC MN contava com 72 colaboradores e 8 colaboradores/visitantes:

Perfil de Recursos Humanos	Total	F	M
Investigadores / Docentes do IST	5	3	2
Doutorados contratados	12	8	4
Estudantes de doutoramento	26	15	11
Estudantes de Mestrado	17	4	13
Bolseiros de Investigação (BI-M)	4	3	1
Engenheiros de processo	6	3	3
Apoio administrativo	2	2	0
<b>TOTAL PESSOAL INESC MN</b>	<b>72</b>	<b>38</b>	<b>34</b>
Colaboradores/visitantes	8	1	7

Tabela 1 – INESC MN Pessoal (31 de dezembro de 2020)

V.C.  
Susana  
JRC



# INESC MN

Dos 20 contratados, 12 são investigadores doutorados, 6 são engenheiros de processo e 2 são assistentes administrativos (1 a meio tempo).

O INESC MN tem um equilíbrio notável em termos de género. Excluindo colaboradores/visitantes, a equipa do INESC MN é 53% feminina.

A tabela 2 mostra a evolução de investigadores doutorados e alunos de doutoramento financiados pela FCT e outras fontes de financiamento. O número de investigadores e colaboradores que veio a aumentar desde 2015 tem agora uma tendência para estabilizar.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
Docentes/Invest. IST	5	5	5	5	5	5	5
PhD – contratados	1	1	4	4	4	4	4
PhD- Inv FCT /DL57	0	1	1	2	2	2	2
PhD contratado - projetos FCT	0	1	2	2	3	3	2
PhD contratados – projetos EU e serviços	3	0	1	1	3	3	4
BPD – FCT	3	2	1	1	0	0	0
BD - FCT	14	16	20	19	26	25	25
BD – non-FCT (Marie Curie, etc)	3	2	0	1	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>28</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>43</b>	<b>43</b>	<b>43</b>

\* Até 31 de março

Tabela 2 – Evolução de investigadores (docentes, contratados e bolseiros) do INESC MN 2015-2021

V.G.  
Sisahar  
JPC

# Organigrama

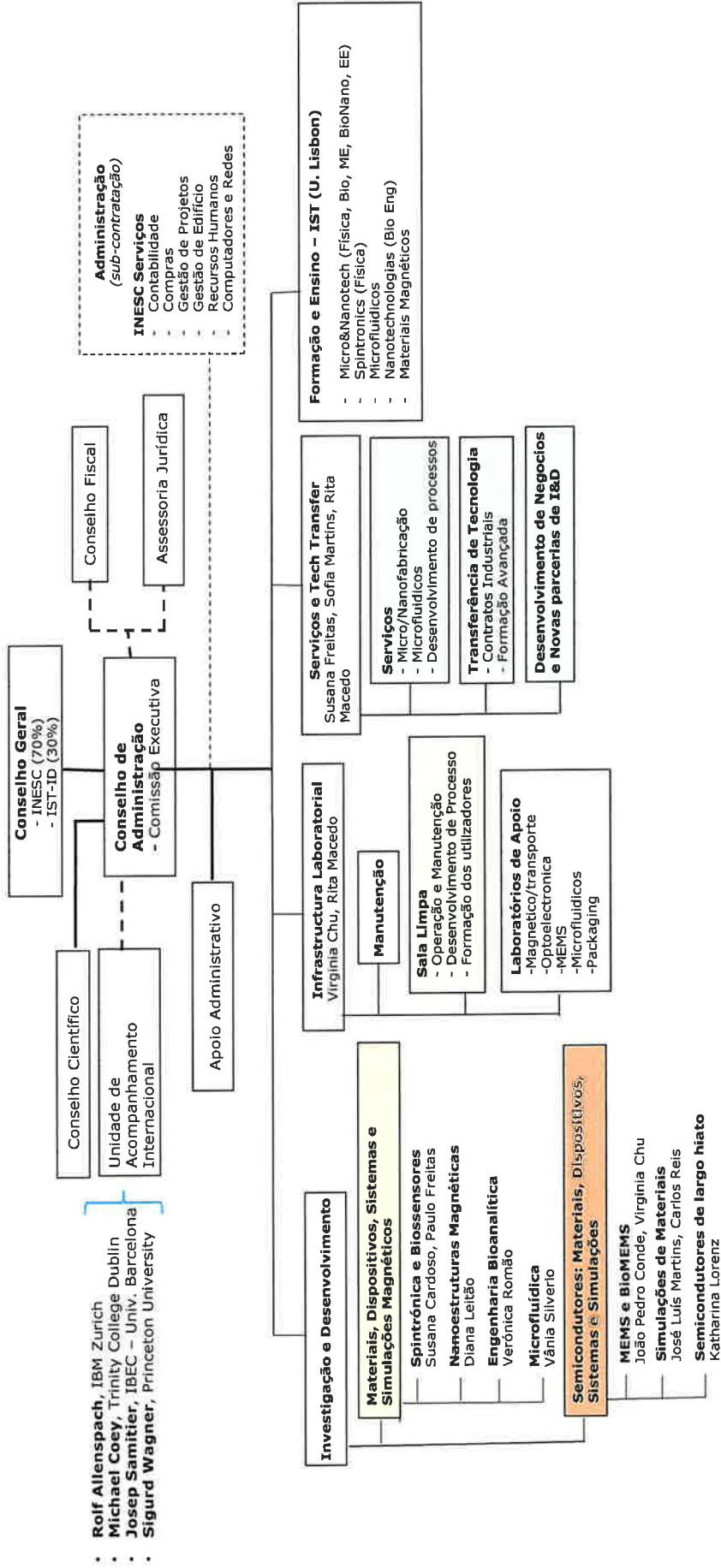


Figura 1 – Organigrama

O organigrama apresentado na Figura 1 mostra a nova estrutura que foi delineada para o quinquénio 2018-2023 no âmbito do processo de avaliação das unidades de investigação. Salienta-se, em particular, a criação de uma unidade de serviços e de transferência de tecnologia que incorpora duas novas subunidades - incubação de Empresas e Desenvolvimento de Negócios.

*Handwritten notes:*  
Susana  
V.K  
JAC

*Handwritten signature:* P-FW



## Análise Económica e Financeira

O quadro seguinte apresenta, resumidamente, a evolução de alguns indicadores económicos e financeiros dos últimos cinco exercícios:

Informação Financeira	(Milhares de Euros)				
	2020	2019	2018	2017	2016
Rendimentos operacionais (1)	1714	1 593	1 196	860	861
("EBITDA")	177	186	57	55	73
("EBIT")	(44)	13	6	6	7
Resultado líquido	(51)	10	3	3	4
Ativo líquido	4486	4 219	3 598	1 294	784
Fundos Patrimoniais	1739	1 818	1 256	403	72
Investimento	165	679	1 462	28	63

(1) Rendimentos com Prestações de Serviços + Projetos de I&D (Subsídios à Exploração)

Na vertente operacional, a atividade, constituída pelo conjunto dos Rendimentos com Prestações de Serviços e com Projetos de I&D, cresceu, no exercício de 2020, cerca de 7,5% face a 2019.

Em termos de Rendimentos totais, estes atingiram valores próximos de 2,0 milhões de euros, com a seguinte desagregação:

Rendimentos	(Milhares de Euros)				
	2020	2019	2018	2017	2016
Vendas e Prestação de Serviços	336	321	236	323	313
Subsídios à Exploração	1378	1 272	961	510	483
<i>Projetos Nacionais</i>	674	879	930	507	394
<i>Projetos Europeus</i>	704	393	31	3	89
Outros Rendimentos	270	191	37	27	65
Rendimentos totais	1984	1785	1234	860	861

Os rendimentos referentes a Projetos de I&D cofinanciados foram, globalmente, de 1 377 589 euros, o que compara com 1 272 151 Euros do exercício anterior. Este crescimento ficou a dever-se à componente de Projetos Europeus, cujos rendimentos ascenderam a 704 190 euros, refletindo um aumento de 79%, em relação ao ano de 2019.

## INESC MN

No que respeita a Projetos Nacionais registou-se um abrandamento, tendo a respetiva contribuição passado de 878 858 euros para 673 399 euros, respetivamente em 2019 e em 2020 (menos 23%).

As prestações de serviços aumentaram ligeiramente, tendo passado de 321 331 Euros, em 2019, para 336 030 Euros em 2020.

Em Outros rendimentos integram-se principalmente os subsídios ao investimento reconhecidos no exercício (154 mil euros) e rendimentos com organização de conferências internacionais (109 mil euros).

No domínio dos gastos a evolução foi, em síntese, a seguinte:

Gastos	(Milhares de Euros)				
	2020	2019	2018	2017	2016
Fornec. e Serviços Externos	726	760	530	369	419
Gastos com Pessoal	884	832	629	435	366
Gastos Depreciação	221	172	51	48	66
Provisões/Imparidades	162				
Gastos financeiros	7	3	3	3	3
Outros gastos operacionais	34	7	18	2	3
<b>Gastos totais</b>	<b>2 034</b>	<b>1 775</b>	<b>1 231</b>	<b>857</b>	<b>857</b>

Os Gastos operacionais registaram comportamentos distintos no exercício. Os Gastos com pessoal aumentaram cerca de 6%, acompanhando o crescimento da atividade sobretudo na área dos Projetos de I&D co-financiados. Já no que se refere aos Fornecimentos e serviços externos registou-se uma redução da ordem de 4%, sobretudo decorrente de um menor número de viagens relacionadas com conferências que, devido à crise pandémica, passaram a ser realizadas por meios telemáticos.

Apesar de um desempenho operacional globalmente positivo, o exercício foi afetado por situações extraordinárias, que levaram ao registo de Imparidades e de Provisões no total de 162 mil euros. Estas situações estão relacionadas com potenciais perdas relacionadas com créditos sobre um cliente internacional que, devido ao impacto da pandemia, entrou em insolvência, e com eventuais prejuízos na recuperação de créditos envolvidos num processo de queixa-crime relacionada com pagamentos indevidos.

O Resultado Líquido do ano, após os gastos e perdas extraordinárias acima referidos, cifrou-se em – 50 764 euros.

Ao nível do Balanço, as principais componentes registaram a seguinte evolução:

<b>Balanço</b>		<b>(Milhares de Euros)</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Δ %</b>	
<b>Ativo Total</b>	<b>4 486</b>	<b>4 219</b>	<b>6%</b>	
Ativos fixos	2 122	2 177	-3%	
Dívidas correntes a receber	1 653	1 787	-8%	
Diferimentos	13	94	-86%	
Disponibilidades	698	161	334%	
<b>Passivo Total</b>	<b>2 747</b>	<b>2 401</b>	<b>14%</b>	
Passivo não corrente (Provisões)	96	0	na	
Dívidas correntes a pagar	2 065	1 199	72%	
Dívidas por financiamentos obtidos	0	182	-100%	
Diferimentos	586	1 020	-42%	
<b>Fundos Patrimoniais</b>	<b>1 739</b>	<b>1 818</b>	<b>-4%</b>	

O Ativo total em 31 dezembro 2020 ascende a 4,4 milhões euros (mais 6% que no período homólogo do ano anterior).

A componente de Ativos fixos representa 47% do total do balanço, refletindo o esforço de investimento na modernização e renovação da infraestrutura tecnológica realizado pelo INESC MN nos últimos anos, em grande parte financiados pelo programa “Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico”, entretanto terminado.

Destaca-se o valor da tesouraria líquida positiva de 698 mil euros evidenciada em disponibilidades, a qual se deve aos adiantamentos recebidos em projetos europeus com coordenação do INESC MN. Parte destes valores destina-se a ser distribuída pelos parceiros, tendo contrapartida em idêntico aumento na rubrica de Dívidas a Pagar, no Passivo.

Apesar do decréscimo dos Fundos Patrimoniais (menos 4%), devido sobretudo ao prejuízo do exercício, o rácio de autonomia financeira mantém-se em torno dos 40%, fruto do elevado peso dos subsídios recebidos para financiar o investimento realizado na modernização da infraestrutura.

## Proposta de Aplicação de Resultados

Tendo em conta que o exercício se saldou num prejuízo, propomos que o Resultado líquido do exercício, no montante de -50.764 euros (menos cinquenta mil setecentos e sessenta e quatro euros), seja integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

## Considerações Finais

O Conselho de Administração apresenta o seu reconhecimento a todas as entidades que acompanharam e cooperaram com o INESC MN, nomeadamente:

Aos Exmos. Senhores membros do Conselho Geral e Exmos. Senhores membros do Conselho Fiscal, pela valiosa colaboração e constante disponibilidade que sempre nos prestaram;

Aos nossos Associados, pelo apoio, disponibilidade e colaboração sempre prestada;

Aos nossos parceiros tecnológicos, pela constante procura do melhor enquadramento para o desenvolvimento da atividade;

Aos nossos clientes e fornecedores, pela confiança, cooperação e apoio que direta ou indiretamente, nos dedicaram;

A todos os colaboradores pela sua competência, empenho e leal colaboração ao serviço da instituição;

Às demais entidades que contribuíram para este exercício.

Lisboa, 2 de junho de 2021.

A Contabilista Certificada  
(Nº 91 565)

Dr. Paula Rocha

O Conselho de Administração

Presidente: Professor Paulo Jorge Peixeiro Freitas

Vogal: Doutora Virginia Chu

Vogal: Doutor José Carlos Pimentel

Vogal: Professora Susana Cardoso Freitas

Vogal: Professor João Pedro Conde

f. f. f. f.

## Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração de Resultados Por Naturezas
- Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras

V. W.  
S. S. S. S.

### Balanço

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2020	2019
<b>ATIVO:</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	2 116 895	2 172 673
Participações financeiras	7	-	-
Outros ativos financeiros	7	5 148	4 540
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>2 122 043</b>	<b>2 177 213</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	223 436	143 575
Outros créditos a receber	9	1 429 262	1 643 837
Diferimentos	11	13 496	93 891
Caixa e depósitos bancários	4	697 790	160 646
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>2 363 984</b>	<b>2 041 949</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4 486 027</b>	<b>4 219 162</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos	12	100 000	100 000
Outros instrumentos dos fundos patrimoniais	13	20 000	20 000
Reserva legal	14	1 665	1 665
Resultados transitados		(147 589)	(168 224)
Excedentes de revalorização	15	44 026	55 033
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	1 771 670	1 800 148
		1 789 772	1 808 622
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>(50 764)</b>	<b>9 628</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 739 008</b>	<b>1 818 250</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	21	96 000	-
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>96 000</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	18	949 065	796 091
Estado e outros entes públicos	10	47 353	75 750
Financiamentos obtidos	20	-	182 000
Outras dívidas a pagar	18	1 068 123	327 410
Diferimentos	11	586 478	1 019 661
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>2 651 019</b>	<b>2 400 912</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 747 019</b>	<b>2 400 912</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>4 486 027</b>	<b>4 219 162</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2020.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

*Janice Kubacka*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Paulo Jorge Lourenço*  
*25/12/2020*  
*José Luís Costa*  
*V. Costa*  
*Susana*



P. Frit

### Demonstração de Resultados Por Naturezas

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	22	336 030	321 331
Subsídios à exploração	23	1 377 589	1 272 151
Fornecimentos e serviços externos	24	(726 051)	(759 601)
Gastos com o pessoal	25	(883 631)	(832 269)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(66 007)	-
Provisões ((aumentos)/reduções)	21	(96 000)	-
Outros rendimentos	26	269 663	191 165
Outros gastos	27	(34 210)	(7 259)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		177 383	185 518
Gastos de depreciação	6	(220 911)	(172 468)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(43 528)	13 050
Juros e rendimentos similares obtidos		18	102
Juros e gastos similares suportados	28	(7 229)	(3 457)
Resultado antes de impostos		(50 739)	9 695
Impostos sobre o rendimento do exercício	8	(25)	(67)
Resultado líquido do exercício		(50 764)	9 628
Resultado por unidade de participação	30	(0,51)	0,10

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

*Jana Paula Rocha*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Paulo José Pires e Frit*

*João Pedro Costa*

*Susana Costa*

*V. Costa*

*~ ~ ~ ~ ~*

## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DOS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Fundos		Reserva legal	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total dos fundos patrimoniais
	Fundos	Outros instrumentos dos fundos patrimoniais						
Saldo em 01 de janeiro de 2019	100 000	20 000	1 665	(181 684)	66 040	1 247 409	2 454	1 255 884
Resultado líquido do exercício 2019	-	-	-	-	-	-	9 628	9 628
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	-	552 739	-	552 739
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	11 007	(11 007)	-	-	-
Aplicação do resultado líquido de 2018	-	-	-	2 454	-	-	(2 454)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	100 000	20 000	1 665	(168 224)	55 033	1 800 148	9 628	1 818 250
Resultado líquido do exercício 2020	-	-	-	-	-	(28 478)	(50 764)	(50 764)
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	-	-	-	(28 478)
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	-	11 007	(11 007)	-	-	-
Aplicação do resultado líquido de 2019	-	-	-	9 628	-	-	(9 628)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100 000	20 000	1 665	(147 589)	44 026	1 771 670	(50 764)	1 739 008

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

*Janice Foubert*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Paulo J. J. Pereira*  
*V. C. Sousa Cardoso*  
*João Paulo*  
*Paulo Pereira*

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2020	2019
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		190 162	442 286
Recebimentos de subsídios à exploração		1 651 220	1 137 531
Pagamentos a fornecedores		(450 919)	(618 034)
Pagamentos ao pessoal		(878 083)	(803 321)
Fluxos gerados pelas operações		512 380	158 462
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(42)	(23)
Outros pagamentos (líquidos)		(794)	(19 164)
Fluxos das atividades operacionais [1]		511 544	139 275
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	16	360 934	1 033 659
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(146 105)	(912 023)
Fluxos das atividades de investimento [2]		214 829	121 636
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	20	(182 000)	(248 000)
Juros e gastos similares	28	(7 229)	(648)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(189 229)	(248 648)
Varição de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]		537 144	12 263
Reversão / (constituição) de depósitos cativos	4	34 980	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	69 096	56 833
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	641 220	69 096

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

*[Handwritten signature]*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Handwritten signatures: Paul. J. J. Leixões de V. A., V. A., João Pedro L. C., Susana Cardoso de A. V.]*

P. Friis

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O INESC Microsistemas e Nanotecnologias - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias ("Instituto" ou "INESC MN") é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos, constituída em 19 de junho de 2001 e que tem como atividade principal a prestação de serviços no campo da inovação e desenvolvimento tecnológico orientada a entidades de natureza empresarial e organismos públicos.

O Instituto é detido em 70% pelo INESC – Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC"). Consequentemente, as operações do Instituto são influenciadas por esta entidade.

Adicionalmente, o Conselho de Administração do Instituto tem vindo a acompanhar o desenvolvimento da situação de pandemia provocada pela doença COVID-19, atuando em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde.

Com efeito, foram tomadas, durante o exercício de 2020, e que prosseguiram adaptadas à evolução legislativa e à conjuntura global, medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, promovendo também o equilíbrio entre esse desígnio e as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade da operação do Instituto e do impacto que o mesmo tem em todos os seus clientes, colaboradores e investigadores.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Instituto opera.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Instituto, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto de Lei n.º 36 – A/2011 que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo ("ESNL") que fazem parte do Decreto-lei n.º158/2009, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF - ESNL".

V.L.  
Sus. Prod.  
Joc

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidas de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Instituto operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes, à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Instituto dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, mantidos de acordo com as NCRF - ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

#### 3.2. Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas são registadas ao custo de aquisição e deduzidas de eventuais perdas de imparidade. Os rendimentos resultantes das participações financeiras (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

#### 3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Alguns ativos fixos tangíveis referentes a equipamentos instalados no laboratório do Instituto são uma classe de ativos com natureza e uso semelhantes nas suas operações, pelo que foram registados de acordo com o modelo de revalorização, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu justo valor, subsequentemente a quantia escriturada é deduzida de depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São efetuadas revalorizações sempre que se verificam alterações significativas no justo valor do ativo e sempre que o justo valor é determinável com fiabilidade.



Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

#### Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento específico de laboratório	10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

#### 3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis do Instituto possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.



Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.5. Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.6. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

### 3.7. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que o Instituto irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Caso ocorram factos subsequentes que demonstrem existir um risco de não cobrança desses valores, são registadas imparidades para cobrir este risco.

#### Subsídios ao investimento

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais, na rubrica de subsídios, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

#### Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar gastos já incorridos ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais ou no âmbito de projetos europeus são registados na rubrica “Subsídios à exploração”, na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento, registando-se na rubrica de passivo (“Diferimentos”) os adiantamentos e na rubrica do ativo (“Outros créditos a receber”) os montantes a receber.

### 3.8. Impostos sobre o rendimento

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o Instituto encontra-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”). Nos termos do artigo 88.º do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

### 3.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

#### Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

#### Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

#### Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Instituto não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto; e
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Instituto;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Nos casos em que existe uma incerteza fundamental na cobrança de saldos de clientes e ou outros devedores, a correspondente receita originada pelos serviços prestados pelo Instituto é integralmente diferida.

O rédito dos contratos de prestações de serviços de carácter plurianual é apurado de acordo com o estado de execução dos projetos e na parte correspondente aos gastos efetivamente incorridos, registando-se no ativo os valores a faturar com base em estimativas desses gastos, ou no passivo os serviços por prestar.

### 3.11. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Instituto se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na data do balanço e na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os

pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes e outros créditos a receber;
- Fornecedores e outras dívidas a pagar; e
- Financiamentos obtidos.

#### Caixa e equivalentes de caixa:

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

#### Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

O Instituto desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Instituto reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Instituto desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.12. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos

após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### - Reconhecimento de subsídios à exploração:

O Instituto regista os subsídios à exploração de acordo com a fase de acabamento dos projetos que lhes estão associados.

#### - Registo de provisões:

O Instituto analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### - Perdas por imparidade em contas a receber:

O risco de não cobrança dos saldos de contas a receber, em particular de valores a receber relativos a subsídios à exploração é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica da entidade financiadora, natureza do projeto envolvido e enquadramento macroeconómico. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.



- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Instituto espera que um ativo esteja disponível para uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

3.14. Classificações de balanço

São classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes, os ativos realizáveis e os passivos cuja exigibilidade o Instituto não detenha o direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações.

4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis	41 220	69 096
Depósitos a prazo	656 570	91 550
Caixa e depósitos bancários	697 790	160 646
Depósitos cativos	(56 570)	(91 550)
Caixa e equivalentes de caixa	641 220	69 096

Os depósitos cativos foram constituídos decorrentes da celebração de contratos do processo de implementação de equipamentos no âmbito dos diversos projetos de inovação tecnológica que o Instituto atualmente executa, e serão libertados na conclusão dos mesmos (Nota 6).

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.



# INESC MN

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2020			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativo bruto:</b>				
Saldo inicial	3.390.494	9.555	706.927	4.106.976
Aquisições	140.846	300	23.987	165.133
Transferências	706.927	-	(706.927)	-
<b>Saldo final</b>	<b>4.238.267</b>	<b>9.855</b>	<b>23.987</b>	<b>4.272.109</b>
<b>Depreciações:</b>				
Saldo inicial	1.926.136	8.167	-	1.934.303
Depreciações do exercício	220.178	733	-	220.911
<b>Saldo final</b>	<b>2.146.314</b>	<b>8.900</b>	<b>-</b>	<b>2.155.214</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>2.091.953</b>	<b>955</b>	<b>23.987</b>	<b>2.116.895</b>

	2019			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativo bruto:</b>				
Saldo inicial	1 934 715	7 442	1 486 907	3 429 064
Aquisições	292 503	2 113	384 000	678 616
Transferências	1 163 980	-	(1 163 980)	-
Abates	(704)	-	-	(704)
<b>Saldo final</b>	<b>3 390 494</b>	<b>9 555</b>	<b>706 927</b>	<b>4 106 976</b>
<b>Depreciações:</b>				
Saldo inicial	1 756 165	6 374	-	1 762 539
Depreciações do exercício	170 675	1 793	-	172 468
Abates	(704)	-	-	(704)
<b>Saldo final</b>	<b>1 926 136</b>	<b>8 167</b>	<b>-</b>	<b>1 934 303</b>
<b>Ativo líquido</b>	<b>1 464 358</b>	<b>1 388</b>	<b>706 927</b>	<b>2 172 673</b>

O aumento verificado na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, corresponde, essencialmente, à aquisição de máquinas no âmbito dos diversos projetos de inovação tecnológica que o Instituto atualmente executa os quais foram transferidos para “Equipamento básico” em 2020.

No âmbito da aquisição destas máquinas, foram prestadas cauções pelos fornecedores no montante de 56.570 Euros (91.550 Euros em 2019) (Notas 4 e 18).

V. B.  
Lusa  
J.C.

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS7.1. Participações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Instituto detinha as seguintes participações financeiras:

Rubricas	Percentagem de participação	Valor da participação	Perdas por imparidade	Valor da participação em balanço
Magnomics S.A.	1,55%	9.887	(9.887)	-
		9.887	(9.887)	-

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as participações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição. Este investimento financeiro detido sobre a Magnomics, S.A. encontra-se reduzido por perdas por imparidade dado que o seu valor estimado de realização é inferior ao custo de aquisição.

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram movimentos na rubrica de "Participações financeiras".

7.2. Outros ativos financeiros:Fundo de Compensação de Trabalho

Foi publicada no Diário da República a Lei nº70/2013, de 30 de agosto, que veio estabelecer os regimes jurídicos do Fundo de Compensação de Trabalho ("FCT"), do Mecanismo Equivalente ("ME") e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho ("FGCT").

Estes regimes são aplicáveis aos contratos celebrados a partir de 1 de outubro de 2013.

O FCT e o FGCT são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, podendo este, no entanto aderir ao ME, em alternativa ao FCT, nos termos estabelecidos pela lei, optando o Instituto pelo FCT e pelo FGCT.

O Instituto tem de inscrever obrigatoriamente o novo trabalhador contratado nos dois mecanismos, criados

para assegurar o pagamento de metade da compensação ao trabalhador em caso de cessão do contrato de trabalho.

Ao FCT (conta poupança das empresas) o Instituto paga 0,925% e ao FGCT ou ME 0,075%, da retribuição do trabalhador. As entregas são mensais, nos prazos previstos para o pagamento de contribuições à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresentava um saldo de 5.148 Euros e 4.540 Euros, respetivamente, referentes a estes fundos.

8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Dado o seu estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública, o INESC MN encontra-se isento de IRC. Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Instituto encontra-se, contudo, sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado e que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, ascenderam a 25 Euros e 67 Euros (Nota 10), respetivamente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos (cinco anos de Segurança Social), exceto caso tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos exercícios de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Instituto entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as contas a receber do Instituto tinham a seguinte composição:

	2020		2019	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Cientes</u>				
Gerais	289.443	(66.007)	223.436	143.575
	<u>289.443</u>	<u>(66.007)</u>	<u>223.436</u>	<u>143.575</u>

	2020	2019
<u>Outros créditos a receber:</u>		
Subsídios à exploração (a)	1 317 658	1 314 421
Acréscimos de rendimentos - Serviços prestados	64 216	43 949
Subsídios ao investimento (Nota 16) (a)	41 495	276 976
Adiantamentos a fornecedores	5 893	2 391
Outros	-	6 100
	<u>1 429 262</u>	<u>1 643 837</u>

(a) Os subsídios à exploração em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respeitam aos montantes a receber referente de subsídios obtidos no âmbito da execução dos projetos nacionais e europeus reconhecidos em resultados na rubrica de "Subsídios à exploração", na parte correspondente aos gastos incorridos em cada projeto, independentemente do momento do seu recebimento.

(b) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os subsídios ao investimento respeitam, essencialmente, a montantes aprovados, não recebidos das entidades financiadoras naquele exercício, mas que foram recebidos no início do exercício de 2021 e 2020, respetivamente (Nota 16).

O movimento das perdas por imparidade para clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi como segue:

Descrição	2020		Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	
Cientes	-	66 007	66 007
	-	66 007	66 007

#### 10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” tinham a seguinte composição:

	2020	2019
Passivo:		
IRC - Estimativa de imposto (Nota 8)	25	67
Imposto sobre Valor Acrescentado (“IVA”)	21 080	48 706
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	9 720	10 891
Contribuições para a Segurança Social	16 216	15 550
Outros	312	536
	<u>47 353</u>	<u>75 750</u>

#### 11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de “Diferimentos”, tinham a seguinte composição:

	2020	2019
Ativo:		
Gastos diferidos	<u>13 496</u>	<u>93 891</u>
Passivo:		
Subsídios à exploração	<u>586 478</u>	<u>1 019 661</u>

#### 12. FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos do Instituto encontram-se totalmente subscritos e realizados, sendo compostos por 100.000 unidades de participação com o valor nominal de 1 Euro cada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os fundos estavam repartidos pelas seguintes entidades:

(Montantes expressos em Euros)

	%	Montante
INESC	70%	70.000
IST ID - Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento ("IST ID")	30%	30.000
	<u>100%</u>	<u>100.000</u>

**13. OUTROS INSTRUMENTOS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os outros instrumentos dos fundos patrimoniais respeitam a prestações acessórias, concedidas pelo INESC, não vencem juros e não têm prazo de reembolso definido. Nos termos da legislação aplicável, o seu reembolso só pode ser efetuado por decisão do Conselho Geral, quando, após o seu pagamento, os fundos patrimoniais não fiquem inferiores à soma dos fundos e da reserva legal.

**14. RESERVA LEGAL**

O Instituto tem por base o estipulado na legislação comercial que estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% dos fundos, sem, no entanto, estar obrigado, de acordo com a legislação aplicável ao Instituto, à sua constituição de acordo com o Código das Sociedades Comerciais.

**15. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO**

Os excedentes de revalorização resultam da reavaliação dos ativos fixos tangíveis, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas seguidas em Portugal, os excedentes de revalorização não são distribuíveis, podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos dos fundos da Instituto.

**16. OUTRAS VARIACÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS**

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento da rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" foi o seguinte:

	<u>Outras variações nos fundos</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2019	1 247 409
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(106 250)
Subsídios obtidos (a)	658 989
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1 800 148</u>
Reconhecimento do exercício (Nota 26)	(153 931)
Subsídios obtidos (a)	125 453
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>1 771 670</u></u>

(a) No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram recebidos montantes no total de 360.934 Euros e 1.033.659 Euros, respetivamente de entidades financiadoras,

P. frei

encontrando-se, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os montantes de 41.495 Euros e 276.976 Euros, respetivamente, por receber (Nota 9).

Estes montantes respeitam aos subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis e são reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos equipamentos subsidiados.

17. APLICAÇÃO DO RESULTADO

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

De acordo com deliberação do Conselho Geral de 5 de junho de 2020, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 9.628 Euros, foi integralmente transferido para resultados transitados.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

De acordo com deliberação do Conselho Geral de 27 de maio de 2019, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 2.454 Euros, foi integralmente transferido para resultados transitados.

18. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Fornecedores:		
Partes relacionadas (Nota 29)	809 769	674 975
Fornecedores de investimento	34 644	4 576
Gerais	104 652	116 540
	<u>949 065</u>	<u>796 091</u>
Outras dívidas a pagar:		
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	105 114	99 701
Outros acréscimos	62 014	2 196
Associados (Nota 29)	131 525	131 525
Cauções (Nota 6)	56 750	91 550
Parceiros	710 560	-
Outros credores	2 160	2 438
	<u>1 068 123</u>	<u>327 410</u>
	<u>2 017 188</u>	<u>1 123 501</u>

O montante de outras dívidas a pagar relativas a “Parceiros” é referente ao montante que o Instituto tem a pagar aos parceiros dos projetos em curso, como coordenador desses projetos.

V. ✓  
L  
Susana  
JAC



**19. LOCAÇÕES**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Instituto não utiliza bens adquiridos ao abrigo de contratos de locação financeira, existindo diversos contratos de locação operacional, essencialmente, relacionados com o arrendamento de espaços ao INESC.

As locações operacionais são referentes ao contrato de arrendamento relativo às suas instalações, renovado anualmente, estimando-se que o valor das rendas, nos próximos anos, corresponda a valores similares aos de 2020.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a liquidar no prazo de um ano (curto prazo), correspondem a, aproximadamente, 130.900 Euros em ambos os exercícios.

O gasto com rendas e alugueres reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de 124.362 Euros e 123.396 Euros, respetivamente.

**20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de “Financiamentos obtidos”, no montante de 182.000 Euros respeita, exclusivamente, a uma conta-corrente caucionada na Caixa Geral de Depósitos, S.A., que vence juros a taxas normais de mercado.

**21. PROVISÕES**

A provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 respeita a contingências que a Instituição pode vir a suportar com um fornecedor de equipamento, no seguimento de uma burla informática, de que foi apresentada queixa crime pelo Instituto.

**22. RÉDITO**

A rubrica de “Vendas e serviços prestados” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Prestações de serviços	336 030	321 331

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Instituto registou prestações de serviços com partes relacionadas, no montante de 5.410 Euros e 12.249 Euros, respetivamente (Nota 29).

As prestações de serviços respeitam a serviços técnicos prestados a universidades e a outros Institutos.

# INESC MN

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

## 23. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de “Subsídios à exploração” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tinha a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Projetos nacionais	673 399	878 858
Projetos europeus	704 190	393 293
	<u>1 377 589</u>	<u>1 272 151</u>

Os valores recebidos pelo Instituto, correspondentes a subsídios à exploração, encontram-se sujeitos a diversos níveis de verificação e a exames a realizar pelas entidades que os concederam. Assim, os montantes recebidos a título de subsídios e ainda não integralmente verificados e examinados por aquelas entidades, podem ser sujeitos a eventuais correções. Contudo, a Administração do Instituto entende que eventuais correções resultantes de revisões / inspeções por parte das autoridades competentes não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

## 24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tinha a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Trabalhos especializados	155 162	214 340
Rendas e alugueres	124 985	123 396
Componentes	127 081	144 998
Ferramentas e utensílios	120 110	132 672
Deslocações e estadas	14 364	59 597
Outros	184 349	84 598
	<u>726 051</u>	<u>759 601</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram obtidos serviços de partes relacionadas no montante de 142.372 Euros e 138.544 Euros, respetivamente (Nota 29).

## 25. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tinha a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remunerações	634 516	560 005
Bolsas	43 881	104 703
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	142 240	127 717
Subsidio de refeição	30 895	23 698
Seguros	15 960	13 548
Indemnizações	12 830	-
Outros	3 309	2 598
	<u>883 631</u>	<u>832 269</u>

V.V.  
Susana  
2020

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Instituto reconheceu o montante de 56.706 Euros e 56.000 Euros, respetivamente, de cedências de pessoal efetuadas por partes relacionadas (Nota 29).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Instituto teve ao seu serviço, em média, 20 e 15 empregados, respetivamente.

## 26. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Subsídios ao investimento (Nota 16)	153 931	106 250
Conferência	108 936	74 630
Outros	6 796	10 285
	<u>269 663</u>	<u>191 165</u>

## 27. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 e 2019, respeitava maioritariamente a encargos incorridos com inscrições em cursos, quotizações e correções de exercícios anteriores.

## 28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tinham a seguinte composição:

	2020	2019
Juros de financiamentos	2 405	648
Outros	4 824	2 809
	<u>7 229</u>	<u>3 457</u>

## 29. PARTES RELACIONADAS

### Transações com partes relacionadas:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

## INESC MN

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em Euros)

	2020		
	Serviços prestados (Nota 22)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)
NOV INESC	-	27 017	-
INESC	-	29 689	138 941
IST	5 000	-	3 431
IST- ID	410	-	-
	<u>5 410</u>	<u>56 706</u>	<u>142 372</u>

	2019		
	Serviços prestados (Nota 22)	Gastos com o pessoal (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 24)
NOV INESC	5.168	26.288	11.667
INESC	-	29.712	112.531
IST	750	-	14.346
IST- ID	6.331	-	-
	<u>12.249</u>	<u>56.000</u>	<u>138.544</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as transações efetuadas entre as partes relacionadas respeitam, essencialmente, a rendas de espaços, serviços partilhados e débito de gastos gerais.

Saldos com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Instituto apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2020		
		Fornecedores (Nota 18)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)
INESC NOV		67.656	-
INESC (a)		731.491	131.525
IST		10.622	-
		<u>809.769</u>	<u>131.525</u>

	2019		
	Cientes	Fornecedores (Nota 18)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)
INESC NOV	6.357	49.484	-
INESC (a)	-	615.251	131.525
IST	-	10.240	-
	<u>6.357</u>	<u>674.975</u>	<u>131.525</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo registado na rubrica de Associados corresponde a um empréstimo concedido pelo INESC, sem prazo de reembolso definido e que não vence juros.

**30. RESULTADO POR UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO**

O resultado por unidade de participação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi determinado como segue:

	2020	2019
Resultado líquido do exercício	(50.764)	9.628
Número de unidades de participação (Nota 12)	100.000	100.000
Resultado por unidade de participação	<u>(0,51)</u>	<u>0,10</u>

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Nº 91 565

*ipnicatubalabe*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*V. C.*  
*Joaquim Costa*  
*Susana Cardoso de Freitas*  
*Paul. José Pires de Freitas*

P. Faw

## Relatórios de Auditoria

- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação Legal das Contas
- Relatório de Auditoria

V. L.  
S. C. A. V.  
J. R.



# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Associados do

INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020 os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, auditámos o Balanço em 31 de dezembro de 2020, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, o Revisor Oficial de Contas emitiu nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas nem ênfases, com a qual concordamos.

Face ao exposto, somos de parecer que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Conselho Geral de Associados.

Lisboa, 03 de junho de 2021

Assinado por: **João Manuel Ricardo Catarino**  
Num. de Identificação: 04450382  
Data: 2021.06.15 14:07:42+01'00'

## O CONSELHO FISCAL



João Manuel Ricardo Catarino – Presidente

*Rosa Maria Martins Soares Monteiro Valente*

Rosa Maria Martins Soares Monteiro Valente – Vogal

*Victor Franco*

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. - Vogal

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC nº 432

**Grant Thornton**

Edifício Amadeo Souza Cardoso  
Alameda António Sérgio, 22, 11.º  
1495-132 Algés  
T: + 351 214 123 520  
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B  
9000-064 Funchal  
T: + 351 291 200 540  
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180-4º  
4100-113 Porto  
T: + 351 220 996 083  
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

# Certificação Legal das Contas

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias (“Instituto”) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 4.486.027 euros, um total de fundos patrimoniais de 1.739.008 euros incluindo um resultado líquido negativo de 50.764 euros) a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Instituto nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de relato Financeiro adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades, e
- O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Instituto, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 03 de junho de 2021



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Victor Domingos Seabra Franco, ROC Nº 432

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do INESC Microsistemas e Nanotecnologias – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias (“Instituto” ou “INESC”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 4.486.027 Euros e um total de fundos patrimoniais de 1.739.008 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 50.764 Euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about)

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500 000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

6

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Instituto.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Instituto para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Instituto descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 2 de junho de 2021



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, ROC